

Schwartz faz alerta ao discutir questão urbana

ADJC 13
"De 1980 ao ano 2020, teremos que construir um outro Brasil. Somos chamados a alojar, em nossas cidades, algo em torno de 132 milhões de brasileiros. Nem o Estado, nem a sociedade como um todo estão preparados para isso". A afirmação foi feita ontem pelo ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, ao abrir o Encontro Nacional sobre a Questão Urbana na Constituição, que está sendo realizado no MDU, até quinta-feira, com a presença de parlamentares constituintes, membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), Secretários de Estado e dirigentes das nove regiões metropolitanas do País.

Para o ministro Deni Schwartz, a questão urbana está longe de atingir um nível satisfatório no País e não há um ponto ideal de relacionamento entre o MDU, Secretarias Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Urbano, por isso, organizou o Encontro. "O principal ponto de discussão será a proposta, para a Constituinte, da criação de um imposto progressivo sobre os lotes urbanos ociosos. Quanto às desapropriações, é de nossa opinião que, para os projetos de interesse urbano, fosse criado um dispositivo na lei ordinária que desse a opção de promover o pagamento dos lotes ou em dinheiro ou em títulos da

dívida pública, e não em dinheiro e à vista, como está previsto hoje", explicou o ministro.

Outra proposta do MDU é a criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, que pudesse integrar todos os serviços públicos urbanos (como transportes, rede hídrica, esgotos), para o consecutivo desenvolvimento da área nas cidades. "Não há uma política, no País, que determine seriamente o potencial dos recursos hídricos, por exemplo, evitando problemas com esgotos e enchentes. Deve haver um gerenciamento uniforme entre os Estados", criticou Schwartz. Ele acrescenta que a Constituição deveria delegar aos Estados maior competência para tratar de assuntos urbanos, dando-lhes poder para fazer a distinção própria entre Municípios, Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos, hoje competência do Governo Federal.

Segundo ele, o Meio Ambiente, ao contrário do Desenvolvimento Urbano, conseguiu abrir espaços significativos nesta Constituinte, e é desejo do MDU que a questão urbana ganhe maior espaço no Congresso Nacional. Por isso, na quarta-feira, cerca de 70 parlamentares estarão no MDU para discutir o tema "A Questão Urbana e a Constituinte". "Ultimamente, venho trabalhando com um exemplo bastante concreto: o caso do Estado

de Santa Catarina e de sua organização territorial. Santa Catarina não possui nenhuma grande cidade à semelhança dos demais Estados de Federação, ao contrário, conta com uma rede de cidades muito bem equilibrada. Curiosamente, apresenta um baixo índice de mortalidade infantil e uma elevada taxa de alfabetização. Suas indústrias são espalhadas pelo Estado e os problemas ambientais são menores", exemplificou o Ministro.

Ele encara o assentamento de mais de 100 milhões de brasileiros, "com um mínimo de dignidade", como um desafio, nestes próximos 30 ou 40 anos e que "não pode ser tarefa de um único Ministério", mas de Estados, Municípios, Governo Federal e da sociedade como um todo. "Por que não descentralizarmos de uma vez os recursos que estamos repassando a cada ano e não assumirmos o papel de entidade coordenadora dos esforços nacionais para a formulação de uma política de ocupação territorial compatível com este desafio que temos pela frente?", indagou o Ministro.

Sobre a questão dos transportes urbanos, o Ministro do Desenvolvimento Urbano revelou que entregou ao presidente Sarney a proposta de um projeto de lei que torna o vale-transporte obrigatório.